

Nos termos das disposições do artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as devidas retificações, e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, convida-se V. Ex.<sup>a</sup> a apresentar proposta para a **Aquisição de serviços no âmbito de Medicina do Trabalho para o ano 2025.**

1. Entidade adjudicante: Município de Amarante, NIF 501102752, pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, com sede na Alameda Teixeira de Pascoes, 4600-011, Amarante, [geral@cm-amarante.pt](mailto:geral@cm-amarante.pt) / [www.cm-amarante.pt](http://www.cm-amarante.pt).
2. Órgão responsável pela decisão: Presidente da Câmara Municipal de Amarante, no exercício das competências conjugadas no artigo 18.º, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8/6 e artigo 35.º, n.º 1, al. f) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/9.
3. Tipo de procedimento: Consulta prévia nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.
4. Documentos que acompanham a proposta:
  - a) Declaração do concorrente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP;
  - b) Proposta de preço (isenta de IVA), indicada em algarismos e por extenso;
  - c) Cópia da certidão permanente ou código de acesso, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório, sob pena de exclusão;
  - d) Declaração de inexistência de impedimentos, que consta do presente convite, sendo a sua apresentação de carácter obrigatório, sob pena de exclusão.
- 4.1. Os documentos apresentados devem ser assinados pelo representante legal do Concorrente, ou por Procurador com poderes para o obrigar, com recurso a assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 54.º e seguintes da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

- 4.2. Sempre que a assinatura dos documentos seja realizada por Procurador, juntar-se-á procuração que confira expressamente a este último poderes para o efeito, reconhecida e certificada por entidade com poderes para tal.
5. Todos os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, n.º 1 do artigo 58.º do CCP.
6. Prazo para apresentação da proposta: Até às 23.59 do **10º dia** a contar da data da publicação do procedimento na plataforma acingov.
7. Modo de apresentação da proposta: A proposta e os documentos que a acompanham devem, nos termos do art.º 62.º do Código dos Contratos Públicos, ser enviados através da plataforma eletrónica para [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
- 7.1. Os Concorrentes deverão assinar eletronicamente, e de forma individualizada, todos os documentos carregados na Plataforma, mediante a utilização de Certificado de Assinatura Qualificada, nos termos do artigo 54º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 7.2. Nos casos em que o Certificado Digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
8. Critério de adjudicação: Proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade de avaliação do preço, considerando que todas as peças do procedimento definem os restantes elementos da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
9. O critério de desempate nos termos do n.º 4 do artigo 74.º do CCP é: Número de horas destinadas a campanhas de sensibilização, em número superior ao previsto na Parte II – Cláusulas Técnicas 2. b) do Caderno de Encargos. Será adjudicado ao concorrente que apresente um maior número de horas.
10. Caução: Não há lugar a prestação de caução.
11. Prazo para apresentação de documentos: O prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de **5 dias**, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP e o prazo para a supressão das irregularidades da entrega daqueles documentos será de **2 dias**.
12. A proposta apresentada não será objeto de negociação.

13. O preço base, sendo entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade da prestação a executar no presente procedimento é de **40.500,00 euros (quarenta mil e quinhentos euros)**, isento de IVA ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2 do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
14. Para formação do contrato, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontram nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;
  - c) Declaração Registo Central de Beneficiário Efetivo atualizada, nos termos da Lei 89/2017, de 21 de agosto, com comprovativo da respetiva consulta;
  - d) Autorização emitida pela Autoridade para as Condições do Trabalho/DGS – Direção Geral da Saúde, para prestação dos serviços objeto do presente procedimento.
15. Anexa-se caderno de encargos.

**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
(Declaração de inexistência de impedimentos)

....., titular do CC n.º ....., NIF ....., residente ....., na qualidade de representante de ....., número de identificação fiscal ....., com sede em....., declara, sob compromisso de honra e para efeitos do disposto no artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que, por si e pela sua representada, não é titular de órgãos da Administração Pública ou seu agente, bem como de quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontre no exercício de poderes públicos, e que, por essa razão, não possa intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, no caso promovido pelo Município de Amarante, no âmbito do procedimento de contratação para (designação procedimento) .....

Mais declara que tem pleno conhecimento que a sua participação no procedimento, em violação do disposto naquelas disposições legais, consubstancia a prática de um crime, assim como a prestação de falsas declarações constitui contraordenação muito grave conforme previsto no artigo 456.º alínea e), do CCP.

...(local), .... de (dia) ..... de (mês) ..... (ano)

(assinatura do representante através de certificado digital qualificado que relacione diretamente o assinante com a sua função e poderes para obrigar a entidade representada ou através de reconhecimento legal de assinatura com menções especiais)